

UFANHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Membros da Assembleia Municipal,

Os meus respeitosos cumprimentos.

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22.02, apresentamos a V.Excias o relatório de gestão referente ao exercício de 2017, aprovado pelo órgão executivo em sua reunião de 19/04/2018, em conjunto com os demais documentos da prestação de contas.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	4
2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
3	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	8
4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	12
4.1	EXECUÇÃO GLOBAL	12
4.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	13
4.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	19
5	LIMITES LEGAIS.....	24
5.1	LIMITES LEGAIS DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	24
5.2	LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	25
5.3	PAGAMENTOS EM ATRASO	26
6	SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA	28
7	EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS DE TERCEIROS E A TERCEIROS	52
8	PROPOSTA FUNDAMENTADA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	53
9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	53
10	NOTA FINAL.....	53

1 INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

De referir que o Município de Tarouca encontra-se com plano de saneamento financeiro, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de abril de 2010 e que precedeu a contratação do empréstimo de saneamento financeiro, por 12 anos, no montante de € 6 500 000, sendo que o mesmo foi renegociado no ano de 2017, aproveitando essa mesma renegociação para reduzir a taxa de juro.

Cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da citada Lei n.º 75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). Até 30 de Abril, o órgão executivo, nos termos da lei, remeterá para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), os documentos de prestação de contas, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do Artigo 78.º da referida Lei n.º 73/2013, até 30 de Abril o Presidente da Câmara Municipal remeterá as contas ao Tribunal de Contas, em cumprimento do n.º 4 do art. 52º da lei98/97 de 26 de Agosto.

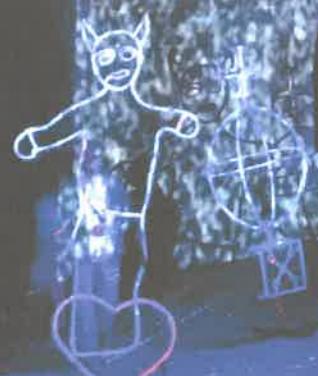
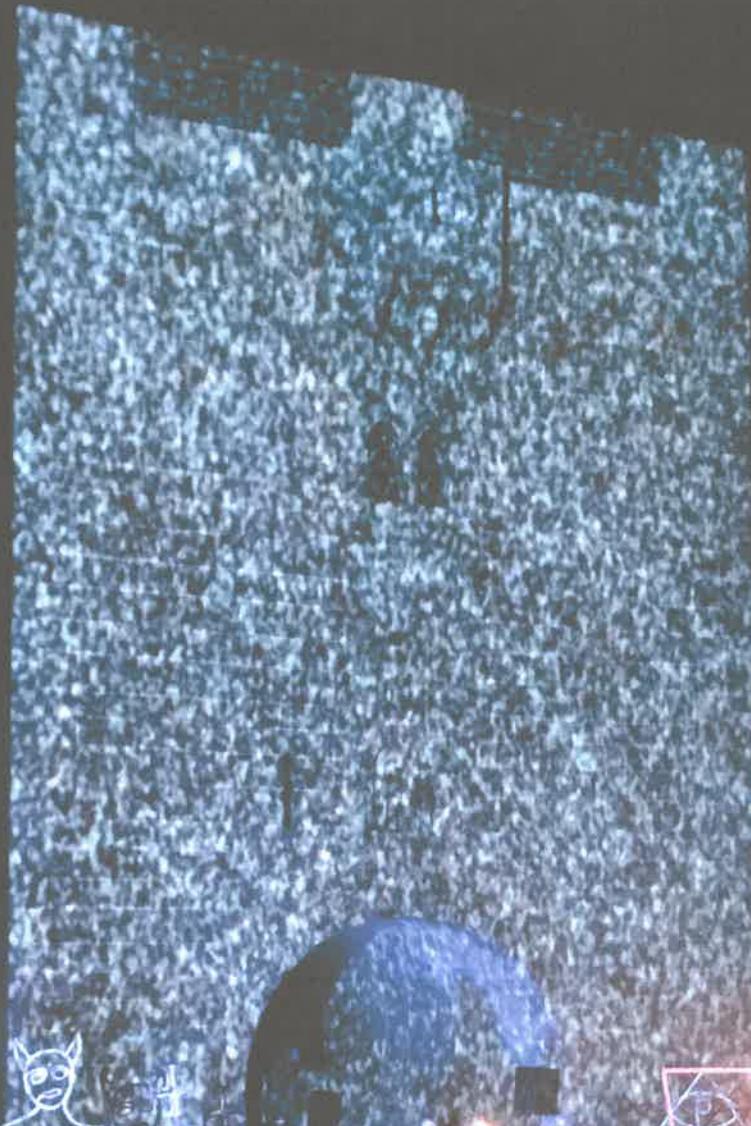
Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cuja finalidade é a evidência da situação económica e financeira, demonstrando as opções eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

Assim, o Relatório de Gestão deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional, económica e financeira da autarquia, que se destinam não só à apreciação do órgão deliberativo,

fiscalizando a atividade municipal, e, para julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O conteúdo do relatório de gestão, referenciado no ponto 13 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

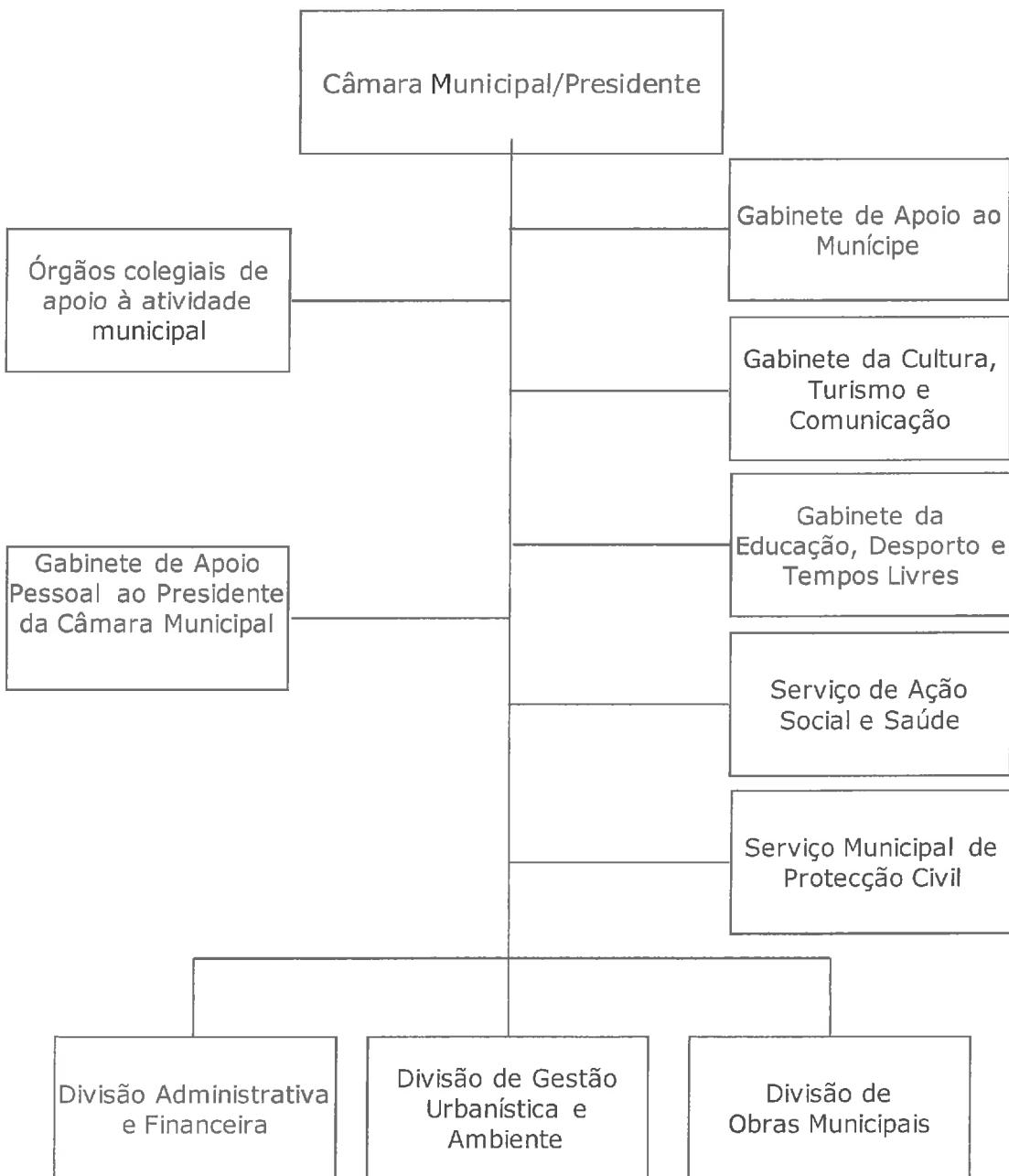


URANHA



2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

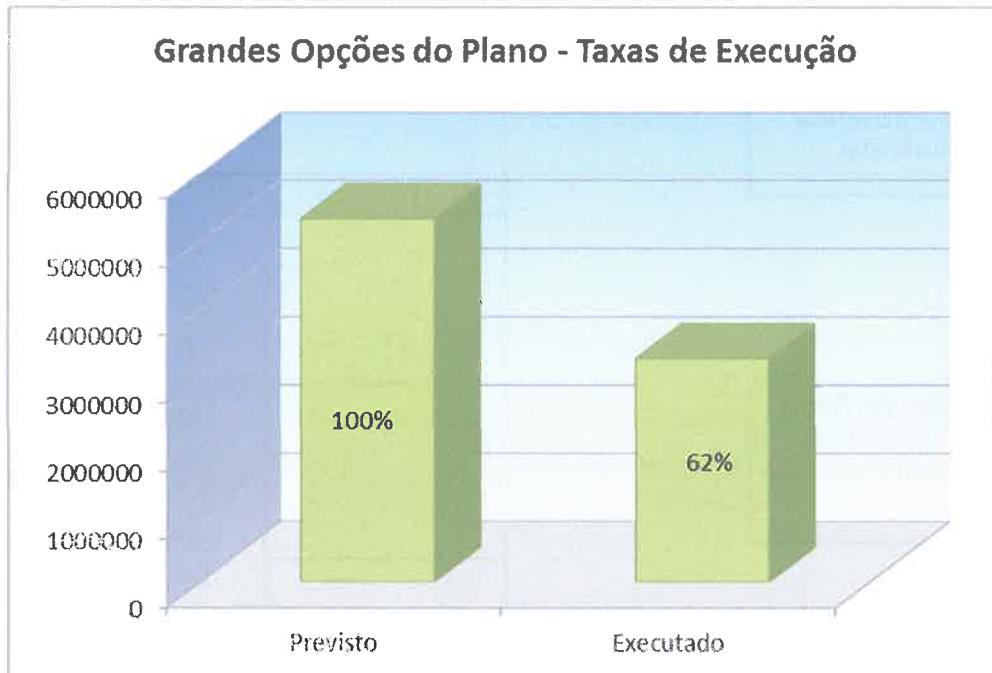
A estrutura organizacional do município em vigor a 31-12-2017, mantém-se e é representada pelo organograma que se segue.



3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP's) traduzem as linhas de desenvolvimento estratégico municipal e incluem, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

Execução das GOP's



Dos 5.326.677 EUR previstos nas GOP's, executaram-se 3.279.918 EUR, aumentando um mais de um milhão de euros em comparação com o ano anterior, o que corresponde a uma taxa de execução de 62%, cuja representação gráfica é apresentada no gráfico anterior.

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano ficou prejudicada pelo atraso na abertura de fundos comunitários, os quais se estimavam decorrer no inicio de 2017, nomeadamente:

- O aviso para as áreas de reabilitação urbana, que apenas abriram em junho de 2017 e esperava-se que os mesmos se encontrassem disponíveis desde o 1º trimestre;
- o aviso para a eficiência energética para edifícios públicos, que apenas se encontra neste momento em fase de candidatura;
- o aviso para aumento e reabilitação das redes de águas e saneamentos, aos quais foram apresentadas candidaturas no final de 2017 e ainda sem qualquer decisão;
- o aviso para o cadastro das redes de água e saneamento, para o qual foi lançado concurso publico, mas o mesmo encontra-se em processo judicial, reclamação formalizada por parte de um dos concorrentes;
- o aviso do PROVERE, que deveria ter sido publicado no inicio de 2017, mas só em abril de 2018 se assinou o a cordo de parceria;
- os apoios à reabilitação da rede rodoviária, para os quais não abriu qualquer aviso de fundos comunitários.

Assim, estas foram as rubricas que contribuíram para os maiores desvios relativos às grandes opções do plano.

E como bem sendo apanágio deste executivo, não iniciaremos qualquer investimento que possa ter apoios comunitários não reembolsáveis, sem que antes se garantam esses mesmos fundos, respeitando assim o princípio da prudência que nos guiou desde o inicio de mandato.

Execução do PPI

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) corresponde às despesas de investimento realizadas pelo município.

O quadro seguinte demonstra a execução do Plano Plurianual de Investimentos por funções, sendo que dos 2.195.223EUR previstos, executaram-se 1.147.225EUR, representando uma taxa de execução de 52,26%, e um aumento de 581.836€, quando comparado com o ano anterior, sendo que este desvio na execução é justificado pelas mesmas razões do ponto anterior.

Descrição	Previsto		Executado		Desvio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços gerais de administração pública	190 001 €	8,66%	142 416 €	12,41%	- 47 586 €	-25,04%
Segurança e ordem públicas	23 982 €	1,09%	11 579 €	1,01%	- 12 403 €	-51,72%
Educação	62 402 €	2,84%	54 312 €	4,73%	- 8 090 €	-12,97%
Saúde	955 €	0,04%	955 €	0,08%	- €	0,00%
Segurança e ação social	11 463 €	0,52%	7 299 €	0,64%	- 4 164 €	-36,33%
Habitação e Serviços Coletivos	1 218 382 €	55,50%	518 096 €	45,16%	- 700 286 €	-57,48%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	167 898 €	7,65%	106 859 €	9,31%	- 61 039 €	-36,35%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	26 086 €	1,19%	13 357 €	1,16%	- 12 729 €	-48,80%
Indústria e energia	159 937 €	7,29%	119 751 €	10,44%	- 40 186 €	-25,13%
Transportes e comunicações	329 756 €	15,02%	172 072 €	15,00%	- 157 684 €	-47,82%
Comércio e Turismo	4 360 €	0,20%	530 €	0,05%	- 3 830 €	-87,84%
Total	2 195 223 €	100,00%	1 147 225 €	100,00%	- 1 047 997 €	-47,74%

Da análise do quadro anterior podemos verificar que no ano de 2017 para a execução do PPI contribuíram com maior peso relativos a função de "Habitação e Serviços Coletivos", com 55,50%, onde se enquadram o Plano de Ação de Reabilitação Urbana e os investimentos nas redes de saneamento e fornecimento de água; a função de "Transporte e comunicações", com 15,02%.

*Ley o. f.
Bueno
M*



4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.1 EXECUÇÃO GLOBAL

No exercício de 2017, os resultados da execução orçamental são os que constam do seguinte mapa:

Designação	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Receita Total	17 638 530,00 €	14 781 987,70 €	- 2 856 542,30 €	83,81%
Corrente	10 212 389,39 €	8 134 501,21 €	- 2 077 888,18 €	79,65%
Capital	7 258 330,00 €	6 479 248,38 €	- 779 081,62 €	89,27%
Outras	167 810,61 €	168 238,11 €	427,50 €	100,25%
Despesa Total	17 638 530,00 €	14 766 947,42 €	- 2 871 582,58 €	83,72%
Corrente	9 018 200,00 €	7 380 842,19 €	- 1 637 357,81 €	81,84%
Capital	8 620 330,00 €	7 386 105,23 €	- 1 234 224,77 €	85,68%

Durante o exercício económico de 2017, o município atingiu uma taxa de execução orçamental cerca de 83,81%, correspondendo a uma receita arrecadada e despesa paga que ultrapassou os 14,7 milhões de euros, no entanto esta encontra-se influenciada em 5,1 milhões de euros, resultante da renegociação do empréstimo referente ao Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, deduzida esta operação financeira, o valor da execução Orçamental é de 9,6 milhões de euros, e tendo verificado um aumento de 3,6% em comparação com o ano 2016, ou seja, na receita total existiu um aumento de aproximadamente 336 mil euros.

Os desvios verificados nas despesas e receitas de capital, têm como origem as explicações referenciadas no ponto 3 deste relatório.

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência Anterior		405 862,00 €	Despesas Orçamentais		14 766 947,42 €
Execução orçamental	167 760,61 €		Correntes	7 380 842,19 €	
Operações de Tesouraria	238 101,39 €		Capital	7 386 105,23 €	
Receitas Orçamentais		14 614 227,09 €	Operações de Tesouraria		633 561,57 €
Correntes	8 134 501,21 €		Saldo para a gerência seguinte		288 401,63 €
Capital	6 479 248,38 €		Execução orçamental	15 040,28 €	
Outras	477,50 €		Operações de Tesouraria	273 361,35 €	
Operações de Tesouraria		668 821,53 €	Total		15 688 910,62 €
Total		15 688 910,62 €			

4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

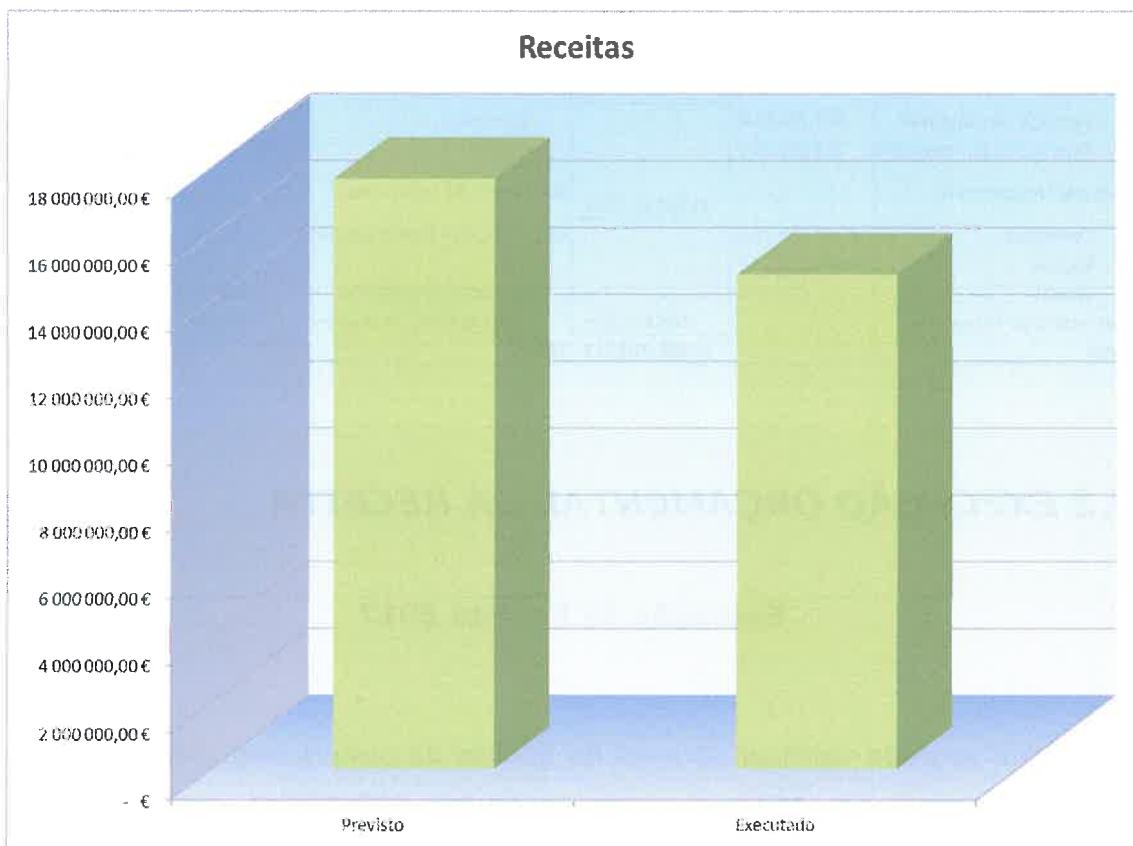
Execução da Receita 2017

Conforme se pode verificar através da análise do quadro seguinte, a receita total arrecadada em 2017 ascendeu a 14.781.987,70EUR, representando uma taxa de execução de 83,81% relativamente ao previsto.

Verifica-se uma taxa de execução das receitas correntes de 79,65% e das receitas de capital de 89,27%.

Designação	Previsto	Executado	Désvio	Taxa de Execução %
Receita Total	17 638 530,00 €	14 781 987,70 € - 2 856 542,30 €		83,81%
Corrente	10 212 389,39 €	8 134 501,21 € - 2 077 888,18 €		79,65%
Capital	7 258 330,00 €	6 479 248,38 € - 779 081,62 €		89,27%
Outras	167 810,61 €	168 238,11 €	427,50 €	100,25%

O gráfico seguinte apresenta a taxa de execução global da receita, tendo-se situado em 83,81%.

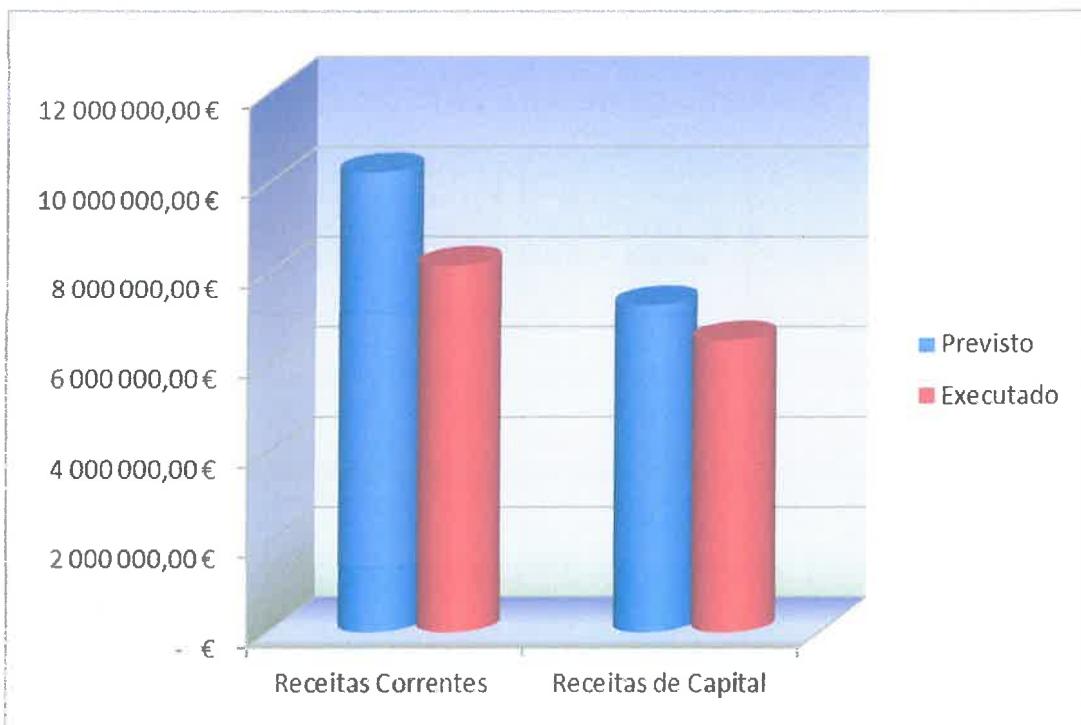


Receita Corrente/Receita de Capital

A receita corrente prevista totalizou 10.212.389,39EUR tendo-se executado 8.134.501,21EUR o que corresponde a uma taxa de execução da receita corrente de 79,65%.

A receita de capital prevista foi de 7.258.330EUR tendo-se executado 6.479.248,38EUR, representando uma taxa de execução da receita de capital de 89,27%.

A figura seguinte corresponde à representação gráfica da receita corrente e de capital nos montantes previstos e executados.



No quadro seguinte apresenta-se desagregado por capítulos de receita, os montantes previstos/orçamentados, a execução, os correspondentes desvios e o grau de execução.

Importa realçar que as transferências correntes e de capital, do Orçamento de Estado e de fundos comunitários, se expurgarmos das contas a renegociação do empréstimo referente ao Plano de Saneamento Financeiro, representam 71,63% da totalidade das receitas arrecadadas, peso relativo que se mantém em relação ao ano anterior. De referir mesmo com o aumento do numero de proprietários a pagar o Imposto Municipal sobre Imóveis, ainda não foi possível atingir valores de 2015, consequência das alterações legislativas nacionais.

Evolução da Receita 2015-2017

Cód.	Descrição	2015		2016		2017	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Receitas Correntes	7 743 547 €	81,45%	7 955 306 €	85,46%	8 134 501 €	55,03%
01	Impostos Diretos	894 588 €	9,41%	804 154 €	8,64%	884 001 €	5,98%
02	Impostos Indiretos	16 254 €	0,17%	11 098 €	0,12%	23 143 €	0,16%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	74 800 €	0,79%	68 779 €	0,74%	96 257 €	0,65%
05	Rendimentos de Propriedades	239 844 €	2,52%	232 281 €	2,50%	220 171 €	1,49%
06	Transferências Correntes	5 423 400 €	57,05%	5 700 373 €	61,24%	5 676 926 €	38,40%
07	Venda de Bens e Serviços Corrente	1 085 758 €	11,42%	1 128 906 €	12,13%	1 091 307 €	7,38%
08	Outras Receitas Correntes	8 903 €	0,09%	9 714 €	0,10%	142 696 €	0,97%
	Receitas de Capital	1 763 114 €	18,55%	1 353 695 €	14,54%	6 647 486 €	44,97%
09	Venda de Bens de Investimento	6 640 €	0,07%	500 €	0,01%	1 623 €	0,01%
10	Transferências de Capital	1 080 181 €	11,36%	935 712 €	10,05%	991 002 €	6,70%
11	Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
12	Passivos Financeiros	675 000 €	7,10%	400 000 €	4,30%	5 486 623 €	37,12%
13	Outras Receitas de Capital	1 293 €	0,01%	17 483 €	0,19%	168 238 €	1,14%
	TOTAL	9 506 662 €	100,00%	9 309 002 €	100,00%	14 781 988 €	100,00%

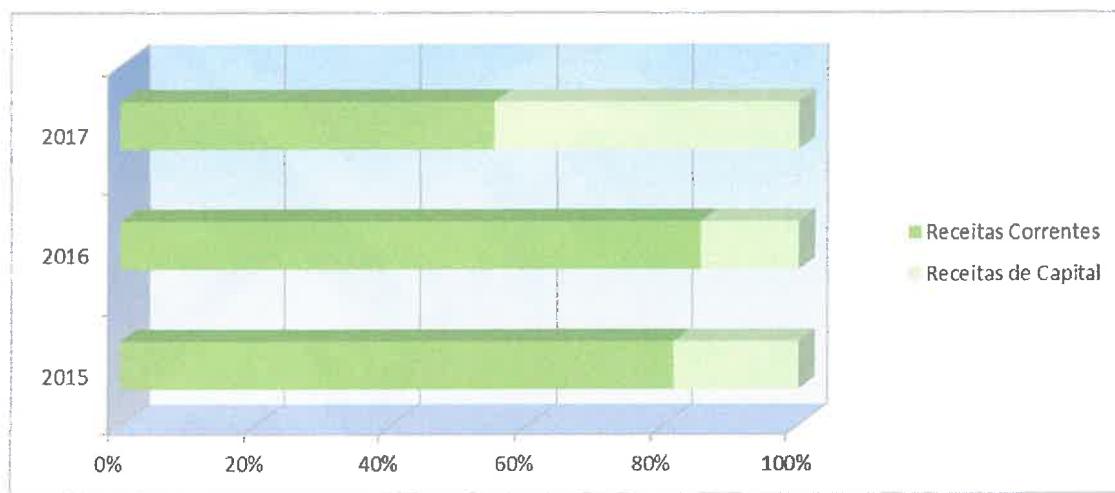
O quadro seguinte apresenta a evolução das receitas entre 2015 e 2017, e como é possível verificar a receita da autarquia, em 2017, aumentou significativamente, no entanto, devemos expurgar às receitas de capital o montante de 5.136.622,73EUR, referente à renegociação do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, sendo assim possível afirmar que a receita total aumentou em 336.363,43EUR, ou seja 3,61% em comparação com 2016.

A variabilidade ao nível da receita é apenas verificada da normal inconstância associada à arrecadação de receita referente a fundos comunitários.

O quadro que compara os pesos relativos das receitas corrente e de capital, entre 2015 e 2017, é também influenciado neste último ano pela renegociação do já referido empréstimo, que quando expurgado nos apresenta um peso relativo das receitas corrente de 84% e receitas de capital de 16%.

	2014	2015	Variação 2015/2014	2016	Variação 2016/2015	2017	Variação 2017/2016
Receitas Correntes	7 604 123,39 €	7 743 547,40 €	1,83%	7 955 306,20 €	2,73%	8 134 501,21 €	2,25%
Receitas de Capital	1 116 599,26 €	1 763 114,25 €	57,90%	1 353 695,34 €	-23,22%	6 647 486,49 €	391,06%
TOTAL	8 720 722,65 €	9 506 661,65 €	9,01%	9 309 001,54 €	-2,08%	14 781 987,70 €	58,79%

	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	87%	81%	85%	55%
Receitas de Capital	13%	19%	15%	45%
Receita Total	8,7M€	9,5M€	9,3M€	14,8M€



FESTIVAL DA
JUVENTUDE
TAROUCA 2013

4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

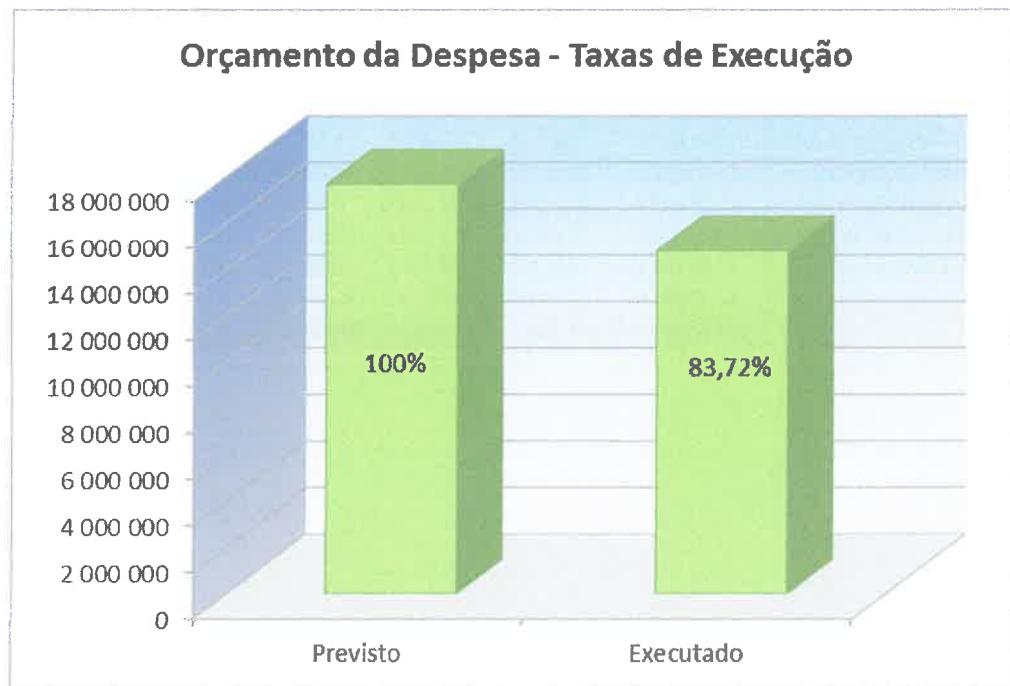
O quadro seguinte traduz ao nível da despesa a previsão e execução de 2017.

Constata-se que a despesa executada ascendeu a 14.766.947,42EUR, dos 17.638.530EUR previstos, a que corresponde uma taxa de execução global de 83,72%.

No que respeita à despesa corrente registou-se uma execução de 81,84% e a despesa de capital de 85,68%.

Se expurgarmos das contas a já referida renegociação do empréstimo do Plano de saneamento Financeiro, então o valor da despesa é de 9.630.324,69EUR, sendo que a taxa de execução das despesas de capital passaria a ser de 64,57%, ou seja, 2.249.482,50EUR dos 3.483.707,27EUR.

Designação	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Despesa Total	17 638 530,00 €	14 766 947,42 €	- 2 871 582,58 €	83,72%
Corrente	9 018 200,00 €	7 380 842,19 €	- 1 637 357,81 €	81,84%
Capital	8 620 330,00 €	7 386 105,23 €	- 1 234 224,77 €	85,68%

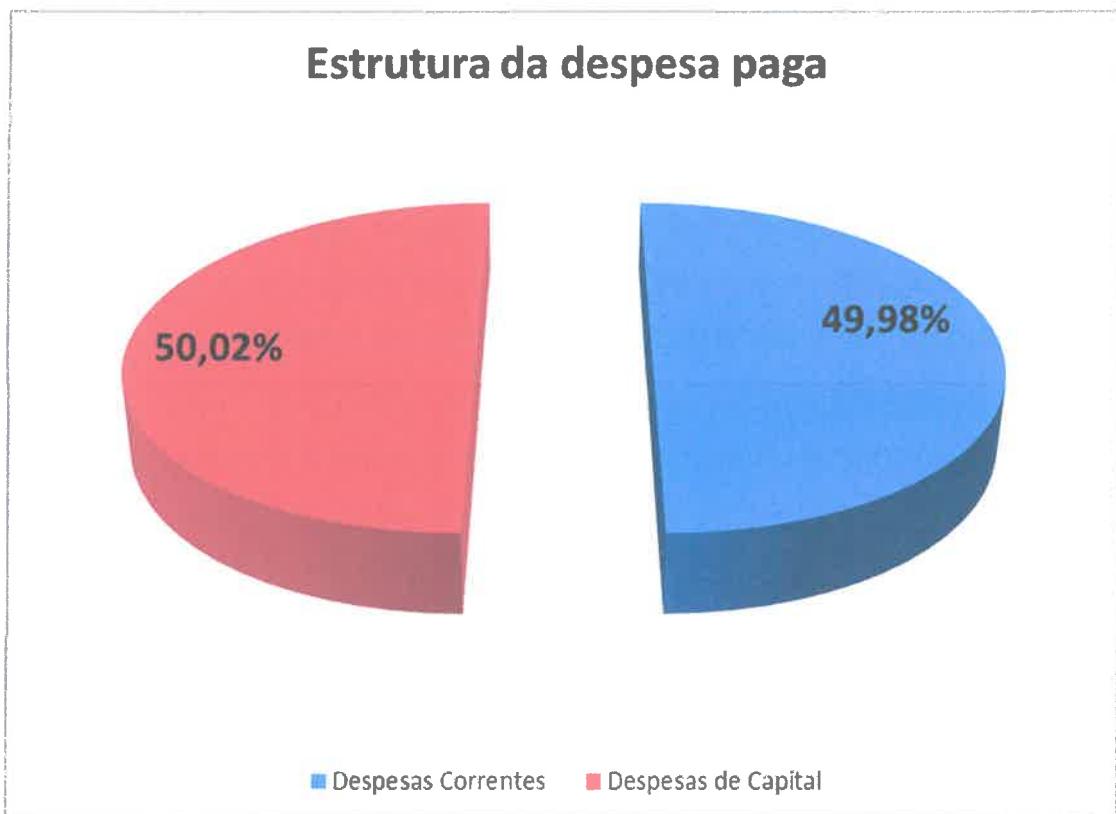


No quadro seguinte traduz-se a execução orçamental por capítulos de despesa, registando-se que de entre as despesas correntes se destacam as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, sendo que **56,87%** de despesa corrente paga é referente a **despesas com pessoal** e **33,24%** a **aquisição de bens e serviços**, ou seja, 90% da despesa corrente é referente apenas a estas duas rubricas.

No que respeita à despesa de capital, que ascende a 50,02% da totalidade da despesa paga, se não considerarmos a renegociação do já referido empréstimo, podemos perceber que as despesas de capital correspondem a 23,36% do total das despesas pagas, das quais 51% correspondem à aquisição de bens de capital e 38,12% a passivos financeiros, ou seja, 857.611EUR respeitantes à ao pagamento de empréstimos.

Cód.	Descrição	Previsto		Executado		Desvio		Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Despesas Correntes	9 018 200 €	51,13%	7 380 842 €	49,98%	- 1 637 358 €	-18,16%	81,84%
01	Despesas com pessoal	4 376 820 €	24,81%	4 197 565 €	28,43%	- 179 255 €	-4,10%	95,90%
02	Aquisição de Bens e Serviços	3 696 763 €	20,96%	2 453 308 €	16,61%	- 1 243 456 €	-33,64%	66,36%
03	Juros e Outros Encargos	291 731 €	1,65%	253 955 €	1,72%	- 37 776 €	-12,95%	87,05%
04	Transferências Correntes	508 841 €	2,88%	400 413 €	2,71%	- 108 429 €	-21,31%	78,69%
05	Subsídios	5 €	0,00%	- €	0,00%	- 5 €	-100,00%	0,00%
06	Outras Despesas Correntes	144 040 €	0,82%	75 602 €	0,51%	- 68 438 €	-47,51%	52,49%
	Despesas de Capital	8 620 330 €	48,87%	7 386 105 €	50,02%	- 1 234 225 €	-14,32%	85,68%
07	Aquisição de Bens de Capital	2 195 223 €	12,45%	1 147 225 €	7,77%	- 1 047 997 €	-47,74%	52,26%
08	Transferências de Capital	219 914 €	1,25%	187 250 €	1,27%	- 32 664 €	-14,85%	85,15%
09	Ativos Financeiros	86 109 €	0,49%	57 396 €	0,39%	- 28 713 €	-33,34%	66,66%
10	Passivos Financeiros	6 119 084 €	34,69%	5 994 234 €	40,59%	- 124 850 €	-2,04%	97,96%
	Total	17 638 530 €	100,00%	14 766 947 €	100,00%	- 2 871 583 €	-16,28%	83,72%

A representação gráfica do peso percentual da despesa corrente e despesa de capital em relação à despesa total é traduzido pelo gráfico que se segue.



Evolução da Despesa 2015-2017

Cód.	Descrição	2015		2016		2017	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	6 400 900 €	67,39%	6 604 108 €	72,25%	7 380 842 €	49,98%
01	Despesas com pessoal	4 067 433 €	42,82%	4 046 759 €	44,27%	4 197 565 €	28,43%
02	Aquisição de Bens e Serviços	1 678 480 €	17,67%	1 857 155 €	20,32%	2 453 308 €	16,61%
03	Juros e Outros Encargos	178 274 €	1,88%	221 905 €	2,43%	253 955 €	1,72%
04	Transferências Correntes	377 595 €	3,98%	442 622 €	4,84%	400 413 €	2,71%
05	Subsídios	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
06	Outras Despesas Correntes	99 118 €	1,04%	35 667 €	0,39%	75 602 €	0,51%
	Despesas de Capital	3 097 920 €	32,61%	2 537 133 €	27,75%	7 386 105 €	50,02%
07	Aquisição de Bens de Capital	1 531 781 €	16,13%	565 389 €	6,19%	1 147 225 €	7,77%
08	Transferências de Capital	168 450 €	1,77%	227 210 €	2,49%	187 250 €	1,27%
09	Ativos Financeiros	28 698 €	0,30%	57 396 €	0,63%	57 396 €	0,39%
10	Passivos Financeiros	1 368 991 €	14,41%	1 687 138 €	18,46%	5 994 234 €	40,59%
	Total	9 498 820 €	100,00%	9 141 241 €	100,00%	14 766 947 €	100,00%

A dependência existente da Câmara Municipal de Tarouca, no que respeita às despesas de capital e ao quadro comunitário, tendo o atraso do Portugal2020 ditado uma execução de menos um milhão de euros em aquisição de bens de capital.

Conforme podemos verificar no quadro anterior, retirando o valor da renegociação do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, o peso dos passivos financeiros é de 8,91% do total da execução orçamental, ou seja, 857.611EUR, que se referem a pagamentos de empréstimos à banca comercial, obrigando a um esforço de tesouraria diário e a uma atenção redobrada, para que a liquidez não traga problemas maiores.

A análise que se segue, não terá em conta os valores da renegociação do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro, assim o aumento do Salário Mínimo Nacional e o término das reduções salariais que existiram até 2016 tiveram como consequência um aumento de cerca de 150 mil euros nas despesas com pessoal, o seu peso relativo continua a apresentar valores muito consideráveis, sendo responsável esta rubrica por 43,59% da despesa total do município.

Podemos observar que a rubrica de Aquisição de Bens e Serviços regista um aumento cerca de 600 mil euros, tal aumento não é um aumento de despesa, mas sim um efetivo aumento de pagamentos, designadamente cerca de 220 mil euros de pagamentos realizados à EDP, referentes ao acordo de regularização de dívida realizado e cerca de mais 330 mil euros de pagamentos realizados às Águas do Norte, em comparação com o ano de 2016.

*Cesip. S.
Ave V.*



5 LIMITES LEGAIS

5.1 LIMITES LEGAIS DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

O Município contratou, em 2010 e pelo prazo de 12 anos, um empréstimo de saneamento financeiro que foi instruído com um plano de saneamento financeiro, renegociado em 2017 e que se encontra em execução.

De acordo com o artigo 86º da Lei nº 73/2013, de 03.09, "para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data da entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 120/2012, de 19 de junho."

Por isso o limite do endividamento líquido corresponde ao seguinte valor:

Limite resultante do disposto do disposto no nº 1 do artigo 37º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

Ano	Limite - LFL	Valor do ELM	Excesso
2017	6 862 784,76 €	9 559 765,16 €	2 696 980,40 €

O excesso de endividamento líquido ascende a 2.696.980,40 EUR, tendo assim reduzido em 318.163,60EUR em comparação com 2016, ou seja, 8,78%.

5.2 LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

O Limite de endividamento de médio e longo prazos do município em 2017 é o calculado nos termos do artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, 30 de maio.

Ano	Limite - LFL	Valor do EMLP	Excesso
2017	5 490 227,81 €	7 024 655,29 €	1 534 427,48 €

Como se pode verificar a Autarquia apresenta um desvio considerável entre o limite previsto na Lei de das Finanças locais e o real endividamento a Médio Longo Prazo, o referido excesso ascende a 1.534.427,48EUR, tendo reduzido 381.931EUR, se comparado com 2016, assim **foi possível em 2017 cumprir com uma das obrigações do Plano de Saneamento Financeiro**, ou seja, já que **reduziu em 17,92% do excesso verificado**.

5.3 LIMITES DA DÍVIDA TOTAL EM 2017

De acordo com o artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 03.09, a dívida total a considerar em 2017 é calculada da seguinte forma:

Límite da dívida total em 2017: 11.651.488,48 EUR (= 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida nos 3 exercícios anteriores).

Dívida total a considerar para efeitos de redução (a existente em 31.12.2017): 11.791.372EUR

Montante em excesso em 31.12.2017: 139.883 EUR

Montante em excesso em 31.12.2016: 1.895.660 EUR

Percentagem de redução da dívida: - 5,41%

Ano	Excesso	Dívida Total	Limite
2017	139 883 €	11 791 372 €	11 651 488 €

Percentagem de redução do excesso da dívida: - 82,83%

Do exposto resulta que foi cumprida e superada a meta de redução fixada no nº3 do artigo 52º da Lei nº73/2013, de 03.09.

5.4 PAGAMENTOS EM ATRASO

Para os efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, apresenta-se de seguida mapa com a evolução dos pagamentos em atraso do ano de 2017, registando-se no final do ano uma diminuição considerável.

Quadro dos pagamentos em atraso – 2017

Evolução dos pagamentos em atraso (a mais de 90 dias)			
	Saldo	Aumento €	Aumento %
01/01/2017	582 088,97 €		
31/12/2017	455 966,38 €	- 126 122,59 €	-21,67%

O Quadro anterior evidencia a diminuição do montante do indicador de pagamentos em atraso em relação ao início do ano de 2017, em cerca de 21,67%, sendo que se mantém uma enorme dificuldade de tesouraria e consequência do serviço da dívida pública fundada (amortizações e juros de empréstimos), encargos com pessoal e simultaneamente efetuar os pagamentos aos fornecedores.

O stock dos pagamentos em atraso, em 2017, não inclui a dívida de curto prazo, objeto de acordo de pagamento em exercícios futuros (anos de 2018 e seguintes).



6 SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA

Nos vários documentos que integram a prestação de contas e nos documentos de natureza orçamental como de natureza patrimonial é possível retratar a situação financeira da Autarquia.

Estes documentos apresentam toda a informação relevante no que respeita à situação financeira da Autarquia, contudo de entre estes e para efeitos de análise sintética, destacam-se a Demonstração de Resultados, que fornece as informações necessárias à análise relativa aos custos, proveitos e resultados da Autarquia e o Balanço que nos apresenta a situação financeira e patrimonial.

Referir que no início de 2017 foi preparado um novo plano de saneamento financeiro, que teve como único objetivo substituir o anterior, alargando assim o prazo de amortização do empréstimo, sem aumentar qualquer valor à dívida existente, com o objetivo de melhorar a liquidez.

- Situação financeira

As demonstrações financeiras proporcionam informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis aos que a desejem utilizar, analisar e avaliar.

✓ Demonstração de Resultados

Este documento apresenta todos os custos e proveitos referentes ao exercício económico de 2017, podendo os mesmos ser comparados com o ano anterior, bem como os resultados obtidos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE

MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE TAROUCA

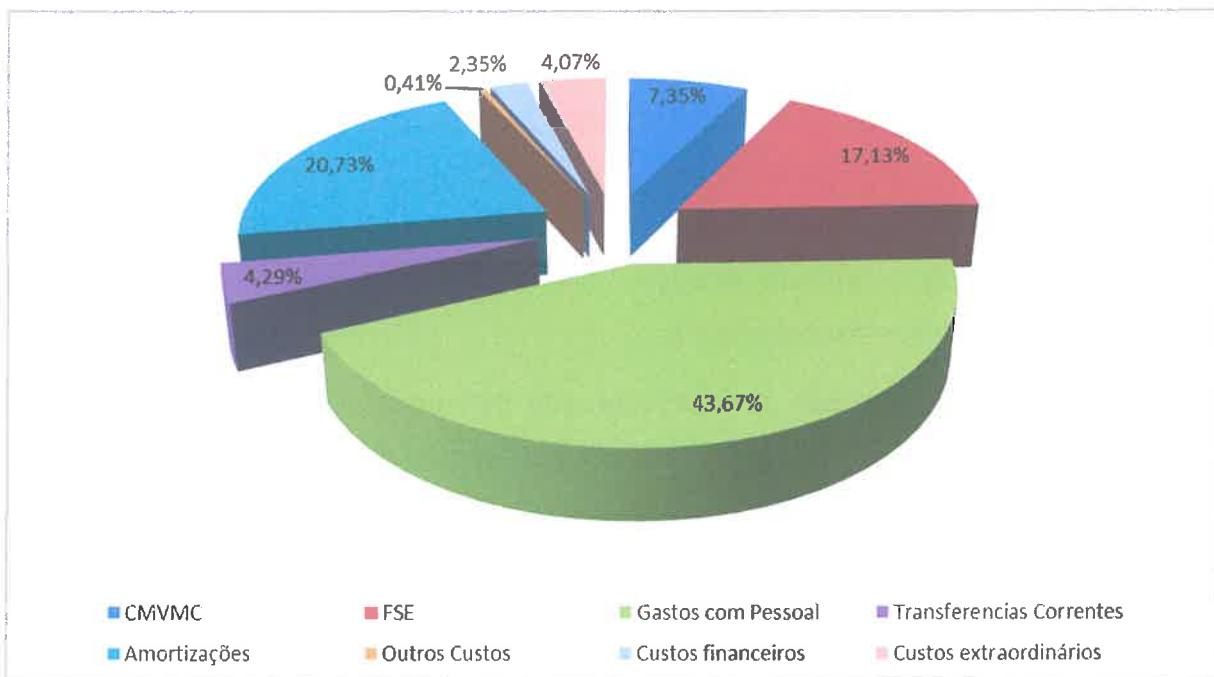
2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017
PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N	N - 1		
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	27.453,06	26.370,96		
	Matérias	659.537,64	636.995,71	421.047,09	447.418,14
62	Fornecimentos e serviços externos:				
	Custos com o pessoal:				
641-642	Remunerações	3.308.463,67	3.157.175,24		
643 a 648	Encargos sociais	773.925,26	655.900,79	4.613.176,01	452.691,03
65	Transferências e subs. correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações do exercício				
67	Provisões do exercício				
68	Outros custos operacionais				
		39.621,46			3.527,71
	(N)				
69	Custos e perdas financeiros				
		8.747.509,51			5.654.959,72
		219.431,90			236.426,38
	(C)				
70	Custos e perdas extraordinárias				
		8.966.943,41			2.251.440,10
		380.076,99			423.566,51
	(E)				
71	Resultado líquido do exercício.....,.....,.....				
		9.347.217,36			9.304.506,61
		-544,53			-192.029,77
	(Z)				
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112-7113	Venda de produtos	331.505,62		316.957,22	
	(B)				
712	Prestações de serviços				
		720.264,25	1.051.790,67	717.451,55	1.044.408,77
	(C)				
72	Impostos e taxas				
(a)	Variação da produção				
73	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subvenções obtidas				
75	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(D)				
76	Proveitos e ganhos financeiros				
		8.626.863,59			8.561.394,43
		223.116,00			222.315,17
	(E)				
77	Proveitos extraordinários				
		8.849.979,69			9.799.699,59
		496.693,26			313.777,55
	(F)				
		9.346.672,86			9.112.476,64
Resumo:	Resultado Operacional: (B - A)		-129.844,37		-39.575,30
	Resultado Financeiro: (D - B) - (C - A)		3.634,16		-14.265,21
	Resultado Corrente: (D - C)		-116.960,51		-112.740,51
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		-544,53		-192.029,77



✓ **Custos do Exercício de 2017**



Em relação aos custos do exercício de 2017, analisando a Demonstração de Resultados e a representação gráfica dos mesmos constantes do gráfico anterior, verifica-se que os custos com o pessoal assumem grande relevância na estrutura de custos totais representando 43,67%, e conforme podemos verificar esta rubrica aumentou em cerca de 70 mil euros, em comparação com o ano anterior, consequência do aumento do salário mínimo nacional.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos representam 17,13%, tendo reduzido em cerca de 191 mil euros em comparação com o ano de 2016, consequência da estabilização da faturação das Águas do Norte, mas também de um política de contenção de despesa. Já as Amortizações do Exercício, representam 20,73%, tendo assim reduzido em aproximadamente 6 mil euros, consequência de alguns bens terem chegado ao final da sua vida útil contabilística. Os restantes não apresentam grande expressão.

Os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas registam um aumento de cerca de 240 mil euros, sendo em sua grande parte consequência da aquisição de materiais para a realização de obras por administração direta.

Da análise da estrutura de custos pode-se concluir que mais de 90% dos custos da autarquia são fixos e apenas com medidas de gestão focadas na poupança e com reformas em alguns setores da atividade municipal é possível apresentar poupanças, tendo a atual gestão do Município vindo a implementar um conjunto de opções estratégicas que resultam numa redução dos gastos de forma expressiva.

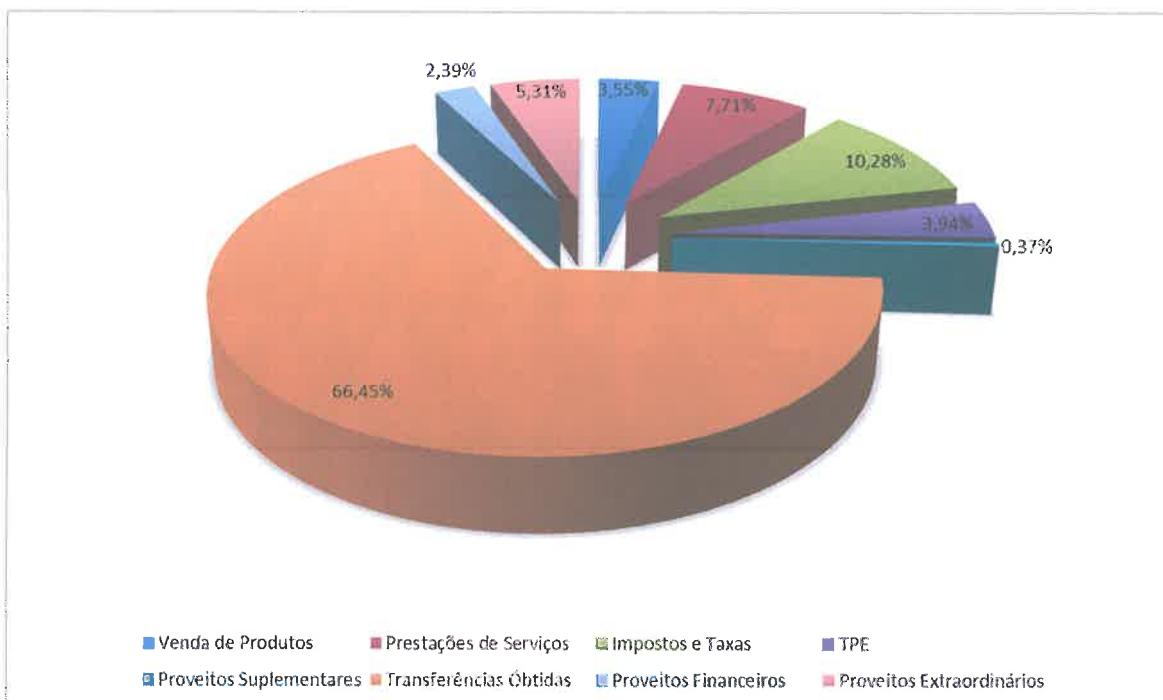
Tal só foi possível com a reestruturação de vários serviços, opção tomada desde o inicio do mandato, designadamente na área dos transportes escolares, a aposta na eficiência energética dos edifícios com altos consumos e da iluminação publica, bem como a modernização administrativa levada a efeito.

A totalidade dos Custos e Perdas apresentam um aumento de aproximadamente 43 mil euros em comparação com o ano de 2016, valor este inferior ao obrigatório aumento dos custos com pessoal, consequência do aumento do salario mínimo nacional, ou seja, manteve o executivo o cuidado no equilíbrio das contas e na efetiva poupança possível.

*Very C. F.
Anne M.*



✓ Proveitos do Exercício de 2017



No que respeita aos proveitos, constata-se que a rubrica de Transferências Obtidas, provenientes da Administração Central, representa 66,45%. Os Impostos e Taxas com 10,28%, as Vendas e Prestações de Serviços com 11,25%, todos os outros proveitos assumem pesos relativos inferiores a 10%.

Podemos perceber da análise da Demonstração de Resultados que se verificou um aumento de receita em impostos e taxas, no entanto os valores alcançados ainda se encontram aquém dos valores de 2015, consequência da alteração legislativa, que originou uma redução do valor do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Da análise da estrutura de proveitos conclui-se que o Município de Tarouca tem uma forte dependência em relação às Transferências Obtidas.

✓ **Resultado Líquido do Exercício**

O Resultado Líquido do Exercício é obtido através do diferencial entre custos e proveitos, tendo-se obtido no exercício de 2016 um Resultado líquido negativo de 544,53€.

Este resultado, além de próximo do zero, só é possível com uma gestão rigorosa, atenta e atuante.

Importante afirmar tais resultados foram possíveis de atingir, interferindo sempre que necessário para a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Conforme referimos nos anos anteriores, nas autarquias locais não se deverá reduzir a análise de resultados a uma simples referência do resultado alcançado, tendo em conta a natureza desta instituição e a sua principal missão "melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e tornar possível uma maior fixação dos seus jovens", os investimentos que realiza não têm uma lógica de rentabilidade económica, mas sim, com a preocupação de materializar uma real e sustentada melhoria das condições de vida das populações, através da satisfação das suas necessidades, da melhoria dos espaços públicos, de lazer, recreio, educação, ambiente, entre outras inerentes às atribuições da Autarquia.

No entanto, teremos que assegurar uma clara sustentabilidade económica e financeira para que seja possível perseguir tal objetivo, e se em algum momento existir um desequilíbrio elevado, pôr-se-á em causa toda os objetivos e a missão da autarquia, pois o aumento gradual das dívidas a fornecedores e à banca comercial, criará certamente problemas financeiros aos empreendedores, que confiam plenamente na Câmara Municipal.

✓ **Balanço**

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N		N - 1	
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	1 938 553,22		1 938 553,22	1 827 403,22
452	Edifícios	1 745,79	436,42	1 309,37	1 331,20
453	Outras construções e infra-estruturas	30 566 080,99	21 060 197,47	9 505 883,52	10 310 563,95
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público	60 140,05	7 781,54	52 358,51	52 740,69
445	Imobilizações em curso	140 828,82		140 828,82	45 851,85
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		32 707 348,87	21 068 415,43	11 638 933,44	12 237 890,91
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	325 925,47	203 567,01	122 358,46	58 972,35
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso	137 323,72		137 323,72	128 329,34
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		463 249,19	203 567,01	259 682,18	187 301,69
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1 049 355,61		1 049 355,61	1 048 355,61
422	Edifícios e outras construções	25 284 153,91	9 353 317,29	15 930 836,62	15 948 939,39
423	Equipamento básico	1 776 850,66	1 519 232,43	257 618,23	216 848,34
424	Equipamento de transporte	1 113 624,80	1 044 661,85	68 962,95	203 889,95
425	Ferramentas e utensílios	54 275,63	50 709,81	3 565,82	3 453,09
426	Equipamento administrativo	707 213,95	653 488,52	53 725,43	94 493,85
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	818 597,91	632 224,30	186 373,61	208 042,45
442	Imobilizações em curso	258 027,64		258 027,64	50 688,36

448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas			
		31 062 100,11	13 253 634,20	17 808 465,91
	Investimentos financeiros			17 774 711,04
411	Partes de capital	293 212,00		293 212,00
412	Obrigações e títulos de participação	401 773,54		401 773,54
414	Investimentos em imóveis			
415	Outras aplicações financeiras	1 103,04		1 103,04
441	Imobilizações em curso			
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	696 088,58		696 088,58
	Circulante:			
36	Existências:			
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	30 996,26		30 308,70
35	Produtos e trabalhos em curso			
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
33	Produtos acabados e intermédios			
32	Mercadorias	6 310,61		4 459,09
37	Adiantamentos por conta de compras	37 306,87		34 767,79
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)			
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo			
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:			
28	Empréstimos concedidos			
211	Clientes c/c			
212	Contribuintes c/c	1 738,73		1 674,71
213	Utentes c/c	153 115,17		145 333,09
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	48 091,66	25 711,00	22 380,66
251	Devedores pela execução do orçamento			13 475,24
229	Adiantamentos a fornecedores			
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
24	Estado e outros entes públicos	23 810,93		22 387,27

264	Administração autárquica				
262+263+267	Outros devedores	28 681,59		28 681,59	289 518,13
		255 438,08	25 711,00	229 727,08	472 388,44
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	288 123,16		288 123,16	405 329,35
11	Caixa	278,47		278,47	532,65
		288 401,63		288 401,63	405 862,00
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	742 777,63		742 777,63	741 529,67
272	Custos diferidos	20 976,13		20 976,13	14 861,96
		763 753,76		763 753,76	756 391,63
	Total de amortizações		34 525 616,64		
	Total de provisões		25 711,00		
	Total do activo	66 273 687,09	34 551 327,64	31 722 359,45	32 565 402,08

Lux & Th
Dant



CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	Fundos próprios:		
51	Património	€ 19 814 087,66	€ 19 814 087,66
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	€ 211 702,38	211 702,38 €
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	€ 349 462,14	349 462,14 €
576	Doações	€ 252 440,61	252 440,61 €
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	- € 9 117 708,71	- 9 306 302,05 €
88	Resultado líquido em exercício	- € 544,53	- 192 029,77 €
		€ 11 509 439,55	11 129 360,97
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos obtidos de m/l prazo	€ 7 313 756,14	7 604 299,48 €
221	Parcela de longo prazo de fornecedores c/c (Acordo - CCAM, Águas do Norte e Santander)	€ 1 018 443,54	2 071 201,99 €
2681	FAM (Fundo de Apoio Municipal)	€ 200 887,54	258 283,54 €
		€ 8 533 087,22	9 933 785,01 €
227	Fornecedores - contratos futuros		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		

26887	Credores diversos - contratos futuros		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	- €	- €
2312	Parcela de curto prazo dos empréstimos de médio - longo prazo	€ 1 022 115,92	1 239 183,81 €
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	€ 1 658 350,99	940 625,70 €
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	78 180,59 €	113 370,66 €
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	€ 365 141,62	222 344,51 €
24	Estado e outros entes públicos	62 161,36 €	46 818,20 €
264	Administração autárquica		
262+263+267	Outros credores	€ 434 304,65	458 340,18 €
2618	Fornecedores de Imobilizado - Faturas em recepção e conferência	€ 104 046,10	- €
		€ 3 724 301,23	3 020 683,06 €
222+2612+26	Garantias e Cauções		
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	€ 617 275,53	696 532,93 €
274	Proveitos diferidos	€ 7 338 255,92	7 785 040,11 €
		€ 7 955 531,45	8 481 573,04 €
		€ 20 212 919,90	21 436 041,11 €
	Total dos fundos próprios e do passivo	€ 31 722 359,45	32 565 402,08 €

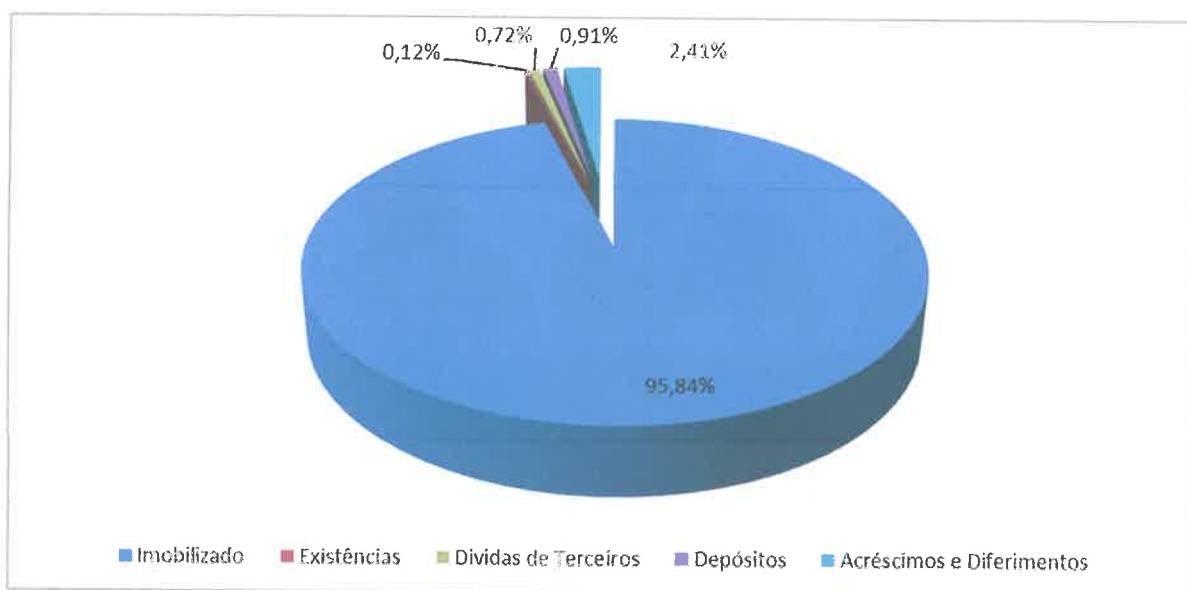
O balanço é a demonstração financeira que espelha a situação financeira e patrimonial do Município, apresenta a situação financeira, sendo que da sua análise se poderá extrair toda a informação referente ao seu Ativo, composto pelos bens e direitos, do seu Passivo, composto pelas suas obrigações para com terceiros e a composição dos seus fundos próprios.

Este documento encontra-se estruturado em Ativo, Fundos Próprios e Passivo, apresentando-se de seguida a sua representação gráfica.

No ano de 2017 foram registados em balanço aproximadamente 369 mil euros de Trabalhos para a Própria Entidade, este valor foi apurado através do programa de gestão de atividades, o qual teve o seu inicio de utilização em junho de 2014.



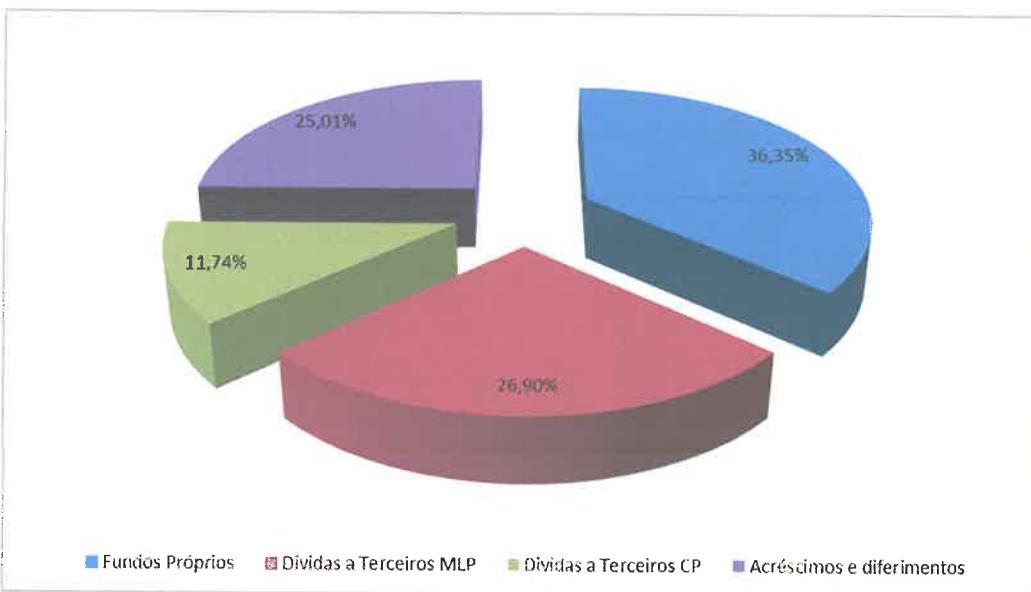
✓ **Ativo**



Da análise do Ativo constata-se que a rubrica de imobilizado assume a quase totalidade da sua composição (96%), que dada a natureza desta entidade é perfeitamente natural que assim seja.

A estrutura do ativo mantém-se em comparação ao ano anterior, com exceção da rubrica de Dividas de Clientes, consequência da dívida registada em 2016 referente às candidaturas ao QREN apresentadas e recebida 2017.

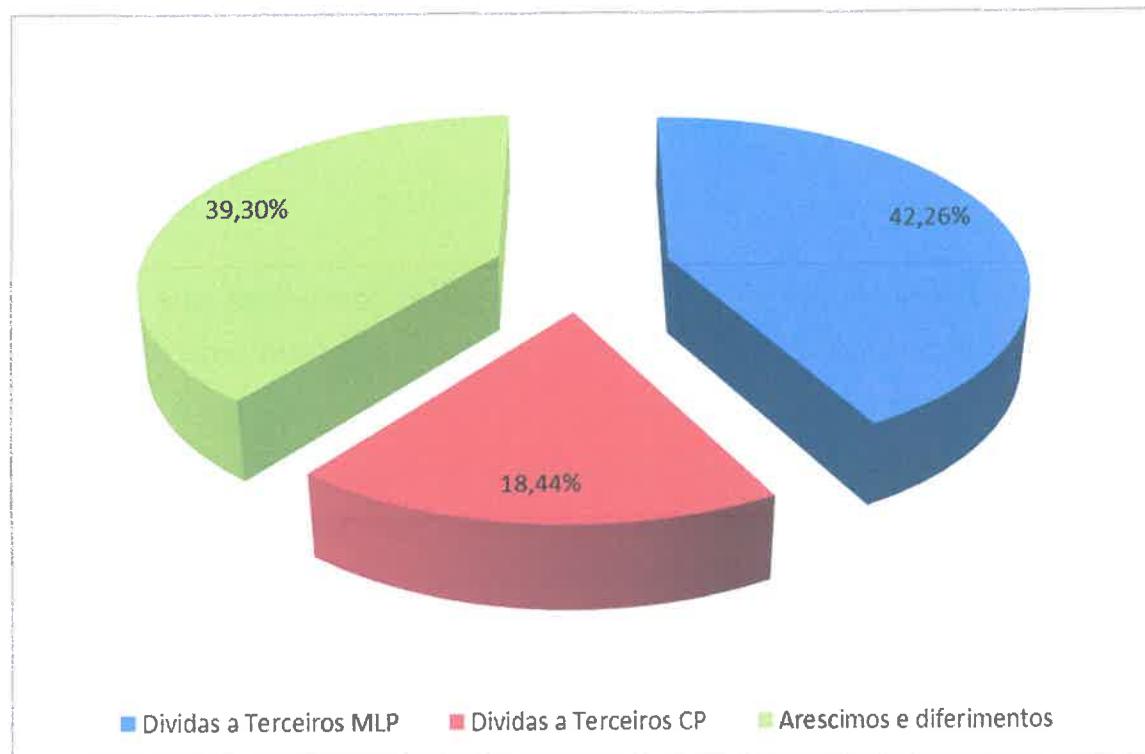
✓ **Fundos Próprios e Passivo**



Fundos Próprios

Esta componente do balanço representa o valor “líquido” do património do Município, correspondendo à diferença entre o ativo e o passivo, sendo o seu valor de 11.509.439,55 EUR representando 36% do total dos fundos próprios e passivo. De referir que este valor aumentou em comparação com 2016, já que foram registados em resultados transitados regularizações, referentes ao reconhecimento proveitos diferidos.

Passivo



O Passivo representa no balanço, as obrigações da autarquia, engloba todas as dívidas a terceiros, de curto, médio e longo prazos. Das rubricas que o compõem, destacam-se as dívidas a instituições de crédito e a fornecedores. A rubrica acréscimos e diferimentos, regista as operações verificadas no exercício que terão de ser imputadas a exercício futuros, como é o caso de fundos comunitários, esta rubrica será anualmente utilizada de uma forma sistemática, à semelhança das amortizações, para uma conta de proveitos extraordinários.

Da composição do passivo, a dívida de médio e longo prazo representa 42,26% (8.533.087,22EUR) do seu total, os acréscimos e diferimentos 39,30% (7.955.531,45EUR) e as dívidas a terceiros curto prazo 14,05% (3.724.301,23EUR).

Se compararmos com o ano de 2016, de imediato concluímos que a rubrica de dívidas de curto prazo e de médio/longo prazo registam uma diminuição de aproximadamente 688 mil euros.

Mantemos o registo na Rubrica de Dívidas a Terceiros de Curto Prazo todas as dívidas de médio ou longo prazo com exigência a curto prazo, ou seja, as prestações dos empréstimos de médio ou longo prazo que serão liquidadas em 2018, estão a ser registadas como dívida de curto prazo, bem como as dívidas de fornecedores com plano de regularização de dívida com mais de um ano, como é o caso do acordo com as Águas do Norte.

Aug 2017

Amelia

V.

W.



✓ Indicadores de Gestão Financeira

De seguida apresentam-se alguns indicadores de gestão financeira, divididos em indicadores de análise à contabilidade orçamental e indicadores de análise à contabilidade patrimonial.

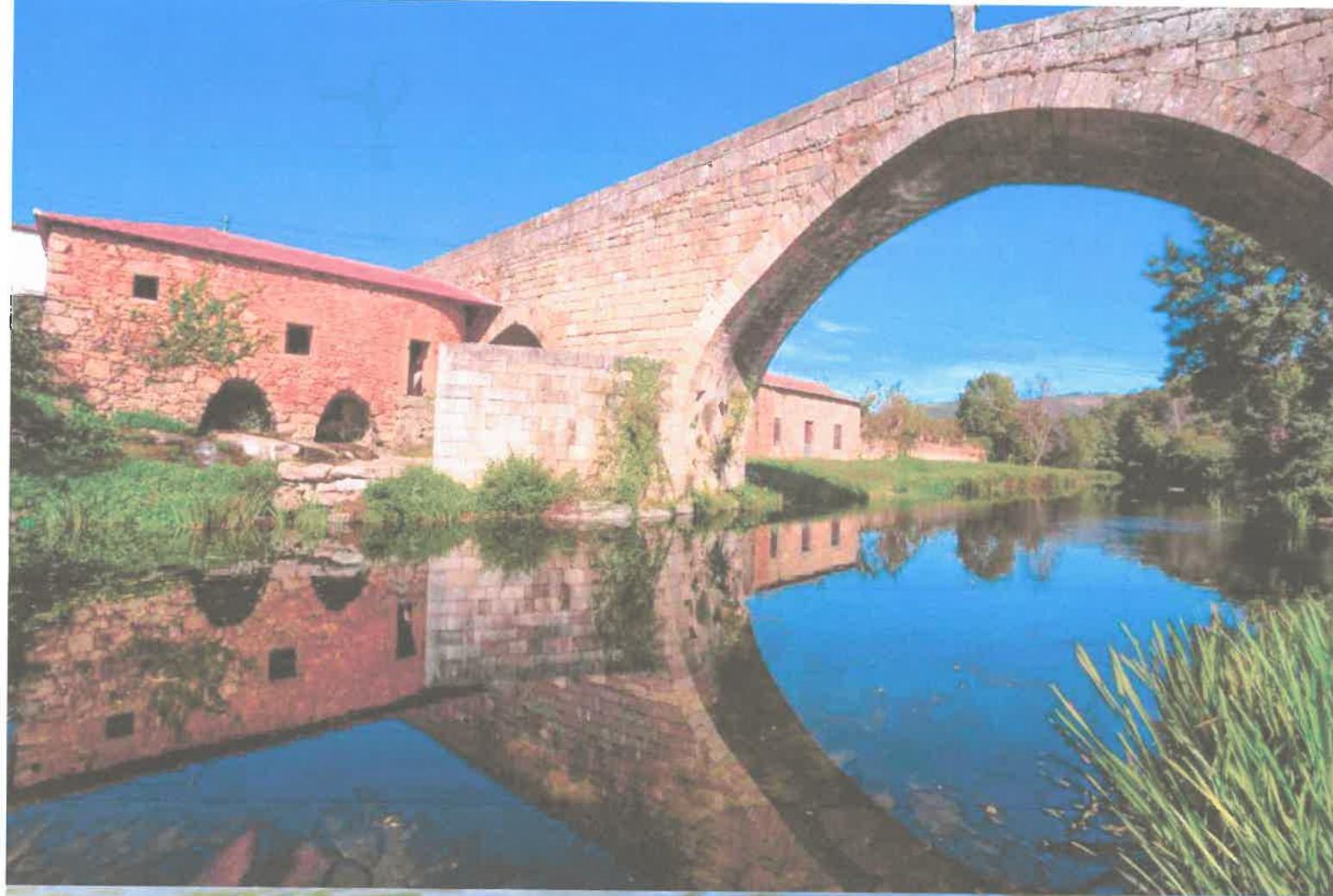
Indicadores Orçamentais 2013-2015

N.º Fórmula de Cálculo do Rácio	2015	2016	2017
Receitas			
1 Receita Corrente/Receita Total	81,45%	85,46%	55,03%
2 Receita de Capital/Receita Total	18,53%	14,35%	43,83%
3 Passivos Financeiros (receita)/Despesa Total	7,11%	4,38%	37,15%
4 Receitas Próprias/Despesa Total	24,72%	27,20%	19,08%
5 Receitas Próprias/Receita Total	24,70%	26,71%	30,26%
6 Passivos Financeiros (receita)/Receita Total	3,84%	4,30%	4,30%
7 Transferências Correntes e de Capital da EU/Receita	6,20%	5,23%	5,23%
Despesas			
8 Despesa Corrente/Despesa Total	67,39%	72,25%	49,98%
9 Despesa de Capital/Despesa Total	32,61%	27,75%	50,02%
10 Aquisição de Bens de Capital/Despesa Total	16,13%	6,19%	7,77%
11 Transferências de Capital (despesa)/Despesa Total	1,77%	2,49%	1,27%
12 Pessoal/Despesa Total	42,82%	44,27%	28,43%
13 Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Despesa Tot.	17,67%	20,32%	16,61%
14 Serviço da dívida/Despesa total	14,41%	18,46%	40,59%
Outros			
15 Receita Total/n.º de habitantes	1 179,93 €	1 155,39 €	1 834,68 €
16 Despesa Total/n.º de habitantes	1 178,95 €	1 134,57 €	1 832,81 €
17 Receita de capital/n.º de habitantes	183,17 €	105,50 €	172,75 €

Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída.

- 1 - Mede o peso da receita corrente na receita total
- 2 - Mede o peso da receita de capital na receita total
- 3 - Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros

- 4 – Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
- 5 – Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas
- 6 – Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
- 7 – Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
- 8 - Mede o peso da despesa corrente na despesa total
- 9 - Mede o peso da despesa de capital na despesa total
- 10 – Mede o peso do investimento direto na despesa total
- 11 - Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
- 12 – Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
- 13 – Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
- 14 – Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros+amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
- 15 – Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos per capita
- 16 – Representa o volume das despesas efetuadas, em termos per capita
- 17 – Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita



Indicadores Patrimoniais 2015-2017

N.º	Fórmula de Cálculo do Rácio	2015	2016	2017
1	Liquidez Geral Ativo Circulante/Passivo Circulante	35,70%	30,31%	20,56%
	Autonomia Financeira			
2	Fundos Próprio e Passivo/Ativo Líquido Total	57,63%	61,48%	63,13%
3	Grau de Cobertura do Imobilizado Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	91,88%	96,96%	93,93%

No que respeita a indicadores patrimoniais, e conforme já se referiu dada a natureza da entidade se orientar numa lógica de persecução do interesse público, apenas se referem os rácios constantes do quadro anterior, cujo seu conteúdo é o seguinte:

- 1 – Mede o grau em que os débitos a curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante
- 2 – Mede a autonomia financeira da entidade e o seu grau de dependência para com terceiros
- 3 – Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes

7 EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS DE TERCEIROS E A TERCEIROS

POCAL define que a evolução das dívidas de e a terceiros se analise nos últimos três anos, assim:

As **dívidas de terceiros** apresentam a seguinte composição:

As dívidas de terceiros apresentam a seguinte composição:

Dívidas de Curto Prazo

Clientes, Contribuintes, utentes e Outros Devedores:

2015 – 1.021.846,21€

2016 – 472.388,44€

2017 – 229.729,08€

As dívidas a terceiros apresentam a seguinte composição:

Dívidas de Médio e Longo Prazos:

2015 – 9.795.621,70€

2016 – 9.933.785,01€

2017 – 8.533.087,22€

Dívidas de Curto Prazo

2015 – 3.738.922,35€

2016 – 3.012.099,74€

2017 – 3 724 301,23 €

8 PROPOSTA FUNDAMENTADA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

"2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 544,53EUR negativos, seja transferido para resultados transitados.

9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

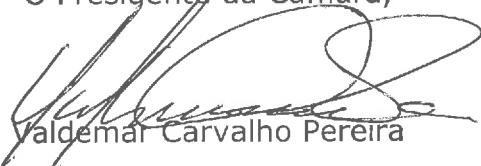
Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

10 NOTA FINAL

Como conclusão deste relatório de gestão, importa salientar que as contas apresentadas, que integram os diversos mapas definidos na lei e o relatório de gestão traduzem a situação económico-financeira do município, fornecendo todos os elementos para uma correta análise e avaliação.

Tarouca, 18 de abril de 2017

O Presidente da Câmara,



Valdemar Carvalho Pereira



Tarouca Cidade do **Vale Varosa**

